



Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.372 DE 07 DE OUTUBRO DE 2021

"Dispõe sobre alteração na Lei Municipal nº 3.598, de 29 de maio de 2013, e dá outras providências. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUZIÂNIA, Estado de Goiás, no uso das atribuições legais e constitucionais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Os artigos 91, 92, 93, 94, 95 e 96, da Lei nº 3598/2013 passarão a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 91. A estrutura organizacional do IPASLUZ – PREVIDÊNCIA será composta dos seguintes órgãos:

I - Diretoria Executiva; e

II - Conselho Municipal de Previdência (CMP).

Art. 92. Fica criado o Conselho Municipal de Previdência (CMP) de Luziânia, órgão superior de deliberação, fiscalização e orientação do IPASLUZ - PREVIDÊNCIA, o qual incumbe estabelecer políticas e diretrizes gerais.

Art. 93. O Conselho Municipal de Previdência (CMP) será composto por 5 (cinco) membros, todos com mandato de 2 (dois) anos, admitida recondução.

§ 1º A nomeação dos membros do Conselho Municipal de Previdência (CMP) dar-se-á por ato expedido pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 2º O Conselho Municipal de Previdência (CMP) será composto pelos seguintes membros:

I - 2 (dois) representantes do Poder Executivo;

II - 1 (um) representante dos Servidores Ativos;

III - 1 (um) representante dos Inativos e Pensionistas;

IV - 1 (um) representante do Poder Legislativo.

§ 3º Para cada membro titular haverá um suplente, e caberá ao suplente substituir o titular em suas ausências com direito a voto.



§ 4º Os membros do Conselho Municipal de Previdência (CMP) e respectivos suplentes serão escolhidos da seguinte forma:

I - os representantes de que trata o incisos I, II e III do § 2º deste artigo serão indicados pelo Prefeito Municipal;

II - o representante de que trata o inciso IV do § 2º deste artigo será indicado pelo Presidente da Câmara Municipal.

§ 5º O Conselho Municipal de Previdência (CMP) será composto exclusivamente de segurados do IPASLUZ - PREVIDÊNCIA.

§ 6º Dentre os membros do Conselho Municipal de Previdência, será escolhido o Presidente, eleito por seus pares, na primeira reunião ordinária do ano, com mandato de 1 (um) ano, sendo permitida reeleição para o cargo.

§ 7º Os membros do Conselho Municipal de Previdência não poderão ser destituídos "*ad nutum*", salvo se, através de julgamento em processo administrativo, culpados por falta grave ou infração punível com demissão, ou em caso de vacância, assim entendida a ausência não justificada em três reuniões consecutivas ou em quatro intercaladas no mesmo ano.

§ 8º No caso de vacância do cargo de membro efetivo do CMP, será indicado um novo membro imediatamente conforme dispõe o presente artigo.

§ 9º O Conselho Municipal de Previdência de Luziânia reunir-se-á, ordinariamente, em sessões bimestrais e, extraordinariamente, quando convocada por, pelo menos três de seus membros, com antecedência mínima de três dias e devidamente justificada a sua realização.

§ 10. As reuniões do Conselho Municipal de Previdência, serão lavradas atas.

§ 11. As decisões do Conselho Municipal de Previdência serão tomadas por maioria dos titulares, exigido o quórum mínimo de 3 (três) membros.

Art. 94. Compete ao Conselho Municipal de Previdência (CMP):

I - fiscalizar a gestão do IPASLUZ - PREVIDÊNCIA;

II - apreciar as propostas orçamentárias do IPASLUZ - PREVIDÊNCIA;

III - apreciar a prestação de contas a ser remetida ao Tribunal de Contas, para efeito de julgamento;

IV - deliberar sobre a terceirização da administração do ativo financeiro do IPASLUZ - PREVIDÊNCIA;

V - analisar demonstrações financeiras, documentos contábeis do IPASLUZ - PREVIDÊNCIA, demais documentos ou registros que entender necessários ou que forem solicitados e emitir parecer;





VI - fiscalizar o correto repasse das contribuições mensais dos servidores segurados e do Município;

VII - analisar o cumprimento das exigências legais para a concessão do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP);

VIII - deliberar sobre a alienação ou gravames dos bens integrantes do patrimônio do IPASLUZ - PREVIDÊNCIA;

IX - elaborar, aprovar ou alterar o Regimento Interno do Conselho Municipal de Previdência, bem como demais normas necessárias ao seu funcionamento;

X - solicitar a elaboração de estudos e pareceres técnicos relativos a aspectos atuariais, jurídicos, financeiros e organizacionais relativos a assuntos de sua competência;

XI - deliberar sobre os casos omissos no âmbito das regras aplicáveis ao Regime Próprio de Previdência Social;

XII - praticar as demais atribuições legais de sua competência.

Parágrafo único. Compete ao Poder Executivo dar as condições funcionais e materiais necessários ao pleno funcionamento do Conselho Municipal de Previdência.

Art. 95. São atribuições do Presidente do Conselho Municipal de Previdência:

I - dirigir e coordenar as atividades do CMP;

II - convocar, instalar e presidir as reuniões do Conselho;

III - praticar os demais atos atribuídos por esta Lei.

Art. 96. Fica criado o Comitê de Investimentos dos recursos financeiros do IPASLUZ - PREVIDÊNCIA, como órgão auxiliar no processo decisório quanto à execução da política de investimentos, cujas decisões serão registradas em ata.

§ 1º O Comitê de Investimentos será composto por 5 (cinco) membros efetivos.

§ 2º Compete ao Chefe do Poder Executivo a nomeação dos membros do Comitê de Investimentos.

§ 3º Caso haja norma federal, quanto a composição do comitê de que trata o *caput*, o chefe do poder executivo poderá fazer as adequações necessárias por ato próprio.

Art. 96-A. As atribuições e demais critérios para funcionamento do Comitê de Investimentos será objeto de regulamento expedido pelo Chefe do Poder Executivo."



Art. 2º Fica revogado o artigo 115 da Lei Municipal nº 3598/2013.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE LUZIÂNIA, aos 07 (sete) dias do mês de outubro de 2021.

DIEGO VAZ SORGATTO
PREFEITO MUNICIPAL DE LUZIÂNIA